



FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

Mitos da maternidade: um estudo a partir do olhar sistêmico

Florianópolis

2009



FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

## Mitos da maternidade: um estudo a partir do olhar sistêmico

Monografia apresentada ao Familiare Instituto Sistêmico para a conclusão do Curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica.

Aluna: Ana Paula Leão Batista Vinas

Orientadora: Profa Dra. Maria Aparecida Crepaldi

Florianópolis

2009

## **RESUMO**

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica cujo tema foi à compreensão dos mitos da maternidade a partir do enfoque sistêmico. Utilizou-se da contribuição de diversos autores, para identificar e explicar o que se entende por mito. Considerou-se a teoria sistêmica e suas aplicações ao campo da família e optou-se por apresentar algumas concepções de casamento, família e maternidade para que se pudesse compreender a função do mito nestes contextos. Utilizou-se também o enfoque da Psicologia Social para compreender as relações de gênero no casamento e na família bem como a representação social que se tem acerca da maternidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza bibliográfica e para que os objetivos fossem alcançados utilizaram-se as seguintes fontes bibliográficas: livros, periódicos, monografias e teses. Os resultados mostraram que os mitos acerca da maternidade ainda estão muito atrelados com o modelo da família patriarcal, em que cabe a mulher o cuidado principal com os filhos. Constatou-se a importância para os profissionais que trabalham diretamente com as famílias, e em especial ao psicólogo, que adota a vertente relacional sistêmica, em compreender as questões que estão atreladas aos mitos da maternidade, por ocasião do atendimento de famílias, casais e mulheres.

**Palavras chaves:** Mito. Maternidade. Família

## **ABSTRACT**

The present work refers to a bibliographical research in which the subject was the understanding of the myths of the motherhood from the systemic perspective. The contribution of several authors was used to identify and to explain what one understands by myth. The systemic theory and its applications were considered and it was chosen to present some conceptions of marriage, family and motherhood so that it was possible to understand the function of the myth in these contexts. The approach of the Social Psychology was also used to understand the relations of type in the marriage and in the family as well as the social representation that has been about the motherhood. This is an exploratory research with bibliographic nature and for the objectives to be reached, it was used the following bibliographic sources: books, magazines, monographs and thesis. The results showed that the myths about motherhood are still very connected with the patriarchal family model, in which the main care of the children belongs to the woman. It was learned the need for professionals that work directly with the families, especially the psychologist, that adopts the systemic approach, to understand the issues that are connected to the motherhood myths, when working with families, couples and women.

**Keyword:** Myth. Motherhood. Family.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.2 TEMA .....	9
1.3 OBJETIVOS.....	9
<b>1.3.1 Objetivo geral :</b> .....	<b>9</b>
<b>1.3.2 Objetivos específicos :</b> .....	<b>10</b>
2. MÉTODO .....	<b>10</b>
<b>3. PESQUISA TEÓRICA .....</b>	<b>10</b>
3.1 MITOS FAMILIARES.....	15
3.3 FAMÍLIA E SEUS CICLOS .....	18
3.3.1 <b>Significado do casamento</b> .....	<b>22</b>
3.3.2 <b>Diferentes tipos de casamento através da história</b> .....	<b>18</b>
3.4 A CONSTRUÇÃO DO MITO DA MATERNIDADE .....	23
3.4.1 Os mitos e as relações de gênero.....	<b>23</b>
3.4.2. <b>A influência dos movimentos sociais no papel da mulher</b> .....	<b>25</b>
3.4.3 Conceituação da Maternidade.....	28
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
REFERÊNCIAS .....	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A cultura ocidental habituou-se a pensar na maternidade ou no amor materno como algo inerente à mulher, um sentimento instintivo e inato. A maternidade era entendida pela sociedade como um papel exercido pelas mulheres, papel este que lhes proporcionavam status e poder dentro da família. O exercício da maternidade tornava-se um papel recompensador para as mulheres, esta responsabilidade maternal com os cuidados dos filhos indicava que um novo aspecto místico que vinha surgindo, o mito do amor materno. Era esperado que as mães se sacrificassem em prol dos filhos, zelassem pela sua saúde e através do seu leite tornavam-se fonte de sua vida (BADNITER, 1985).

Roudinesco (2003,) complementando Badinter (1985) em sua obra fala que até o século XIX, a sociedade se manteve sobre o seguinte tripé: a autoridade do homem (marido), a subordinação da mulher (esposa) e a dependência dos filhos perante este homem. A mulher tinha atributos bem definidos pela sociedade: fragilidade, passividade e subordinação ao chefe da família, era esperado que fosse uma boa esposa e boa mãe. Sua função principal era gerar filhos saudáveis e cuidar para que crescessem e perpetuassem a linhagem da família. Neste contexto, em que a mulher tinha como função principal o exercício da maternidade, o mito do amor materno foi se fortalecendo e as mulheres, cada vez mais, tinham sua identidade atrelada à maternidade e a necessidade de ser uma boa mãe.

Porém, neste mesmo século, surgem os primeiros movimentos feministas e com eles algumas transformações sociais começaram a ocorrer. Mulheres antes reclusas à casa, passaram a sair, a trabalhar fora e a chefiar a casa. Esta transformação social da mulher não se deu sem embate; muitas foram isoladas socialmente e tachadas de esposas relapsas e mães irresponsáveis. A maternidade e tudo que ela representava foi colocado à prova, de um lado a sociedade esperava que as mães mesmo tendo começado a trabalhar fora de casa, tivesse como objetivo principal o cuidado dos filhos, como acontecia anteriormente, do outro havia as mulheres, que começavam a almejar reconhecimento profissional (NYE, 1995).

Borges e Atiê (1989) assim como Nye (1995) falam da dificuldade que as mulheres encontraram em romper com padrões já estabelecidos sobre a maternidade e

os mitos já instaurados sobre o amor materno. As mulheres que não correspondiam a esta forma de exercer a maternidade, dedicando-se totalmente aos filhos, viver para a maternagem, recebiam estigmas de bruxas, de más. Toma-se como exemplo o caso da amamentação, citado acima por Badinter (1985) cujo ato, vai além do nutrir, mas reforça a posição da mulher como única responsável vida do filho. Se a mulher fica impossibilitada fisicamente de fazê-lo, ou mesmo se não quer amamentar, é vista como defeituosa e não merecedora de ser mãe. A maternidade começa a ser colocada a prova.

Muito tem se pensado ao longo da história na figura materna, no seu lugar dentro da família e no seu papel na sociedade, percebe-se que este lugar que as mulheres ocupavam e vêm ocupando, modifica-se ao longo do tempo, mudanças estas aceleradas pelos avanços políticos, econômicos, educacionais. A sociedade contemporânea vem provocando mudanças significativas nos comportamentos, valores e configurações familiares<sup>1</sup>, que estão intimamente relacionadas com o novo lugar que esta mulher passa a ocupar e o significado do que é ser mãe, na visão deste novo modelo familiar (BRAGA; AMAZONAS, 2005).

Quando se fala de mudança na configuração familiar, é importante lembrar que no modelo de família patriarcal como se viu anteriormente, as mulheres eram as únicas cuidadoras de seus filhos e os homens os provedores. Neste novo formato familiar que tem se configurado nos últimos tempos, os pais passam a se envolver também com os cuidados dos filhos e as mães a prover o sustento da casa, como iremos observar ao longo deste trabalho (ZIMERMAN; COLTRO, 2002).

Estas transformações que vem ocorrendo com as mulheres em relação à não cuidar integralmente mais de seus filhos, ou de optar por trabalhar fora de casa, precisa ser entendido também a partir da ótica econômica que estas mulheres se encontram. Se pensarmos na realidade brasileira, quando se fala sobre a maternidade em relação às mães de baixa renda, as questões econômicas e sociais precisam ser levadas em conta, pois muitas vezes esta condição de privação econômica, impossibilita estas mulheres de cuidar de seus filhos e muitas vezes até mesmo de criá-los. Neste sentido, o exercício da maternidade pode ser entendida também como um privilégio de classes (FREITAS, 2002; VINHAS, 2008).

Dimenstein (1997), antecedendo Freitas (2002) e Vinhas (2008), já afirmava que a maternidade deve ser vista como uma construção social, a partir do laço

---

<sup>1</sup> Neste estudo entende-se configuração familiar como “modo como se dispõem e se inter-relacionam os elementos de uma mesma família” (OSÓRIO, 2002, p.66).

de união entre mãe e filho e como toda construção social, depende do contexto, valores e crenças. Portanto, para estes dois autores citados acima a maternidade pode variar de acordo com a representação social que se tem acerca dela e a condição socioeconômica que se tem para exercê-la.

Segundo Jodelet (2001) e Moscovici (2003), os mitos são componentes importantes das representações, assim como as crenças e os valores, são passados através da cultura e interferem diretamente no modo como os sujeitos se comportam além da pertença sócio cultural. Assim, tanto as representações como os mitos podem ser considerados norteadores das relações entre as pessoas, e destas com o mundo. Neste sentido, os mitos, presentes em todas as famílias, surgem legitimando as regras de conduta de cada indivíduo dentro das famílias e na sociedade.

É sabido que as políticas públicas e educacionais ainda vêm este lugar doméstico como pertencente à mãe e dona de casa. Mesmo que de forma velada, ainda é esperado que as crianças tenham sempre a presença da mãe em casa para auxiliá-los nas tarefas e nos seus processos de ensino e aprendizagem. Neste sentido, cria-se uma grande contradição não só econômica, política e social, mas principalmente psicológica nestas mulheres, que ao mesmo tempo são lançadas e encorajadas a irem para o mercado de trabalho, mas precisam assegurar seu lugar de mãe e dona de casa na família. A sociedade espera que esta mulher seja produtiva, competente e a família espera que ela seja zelosa e esteja sempre presente.

É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma época em uma sociedade, que se determinam os papéis respectivos do pai, mãe, e do filho. Estes valores adquiridos ao longo da história acerca da maternidade, do amor materno, se transformaram nos mitos da atualidade que serão abordados no decorrer dos capítulos. Utilizar-se-á mitos e crenças como sinônimos ao longo do trabalho.

Devido à relevância do tema e a conseqüência que estes mitos podem gerar não só nas mulheres, mas nas famílias, este trabalho torna-se importante para a prática dos terapeutas de família e todos os profissionais que se interessam em atuar junto as famílias. Para se estudar o mito da maternidade é necessário analisar alguns elementos que estão relacionados com estes mitos, assim optou-se por analisar a concepção de família, de casamento e de maternidade.

Sendo assim, far-se-á a seguinte pergunta a qual procuraremos responder ao longo do trabalho:

Quais são os mitos familiares que se estabelecem em torno da maternidade?



## 1.2 TEMA

Mitos da maternidade: um estudo a partir do olhar sistêmico

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo geral:

- Caracterizar os principais mitos que se estabelecem acerca da maternidade, ao longo da história

### 1.3.2 Objetivos específicos:

- Identificar os principais mitos sobre a maternidade;
- Identificar de que forma os mitos familiares se desenvolvem;
- Considerar o estudo dos mitos, sobre a maternidade, segundo o pensamento sistêmico;

## 2. MÉTODO

Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa exploratória de base bibliográfica cujo objetivo é proporcionar uma maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. As pesquisas exploratórias proporcionam uma visão geral de um determinado assunto (GIL, 1999).

O delineamento utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo fazer um levantamento das contribuições de diversos autores sobre o assunto a ser estudado. Este levantamento se dá através de fichamentos de livros, periódicos e artigos científicos. De acordo com Rizzini, Castro & Sartor (1999), este tipo de pesquisa é utilizado para investigar conceitos, comparar posições dos diferentes autores sobre determinado tema específico e/ou fazer uma reflexão crítica acerca de determinados conceitos, opiniões, de forma a defender determinada idéia.

Considerando a amplitude e interdisciplinaridade acerca do tema, optou-se por selecionar trabalhos de diferentes fontes bibliográficas não só voltadas para a psicologia, levando-se em conta a proximidade com o tema, mesmo que estas fizessem parte de disciplinas diversas, como a antropologia e a sociologia. Primeiramente

selecionou-se as palavras chaves: mito, maternidade, família e a partir das mesmas, organizou-se e os autores e os trabalhos existentes.

### **3. PESQUISA TEÓRICA**

#### **3.1-MITO E O MITO FAMILIAR A LUZ DO OLHAR SISTÊMICO**

##### **3.1.2 Mito**

Para que se possa entender melhor os mitos da maternidade, achou-se importante neste trabalho primeiramente conceituar os mitos de forma geral através dos diversos autores, para demonstrar a sua importância na vida das pessoas e para a sociedade de forma geral.

Segundo Filomeno (2003), até o século XIX os mitos eram estudados como fábulas, invenções, ficção, os personagens dos mitos eram sempre os Entes Sobrenaturais, que se tornaram conhecidos pelo que fizeram nos primórdios. Neste trabalho optou-se em não utilizar os mitos como referência às fábulas ou lendas, mas como histórias cheias de sentidos, cuja função é compreender e dominar a natureza das revelações dos modelos, de todos os rituais humanos significativos, ou seja, o mito será aqui entendido como explicação de uma história verdadeira e valiosa, com seus muitos significados.

Rivera (2001) assim como Filomeno identifica os mitos como sendo histórias, porém ressalta a importância de diferenciarmos que nem todas as histórias são mitos. O que caracteriza esses últimos e os diferencia da história, é que os mitos possuem uma estrutura fortemente simbólica e buscam explicar a origem de uma situação que determina o presente e o futuro.

Knox (1964) citado por Rivera (2001)<sup>2</sup> apontam quatro características fundamentais dos mitos:

*1. Os mitos são histórias, narrações imaginativas, que tratam de atos cosmológicamente significativos de deuses ou seres supra-humanos: os heróis.*

*Um ato ou acontecimento cosmicamente significativo é de decisiva importância para o mundo, especialmente para o mundo dos humanos, cuja resposta pode estar em épocas*

---

<sup>2</sup> RIVERA, Cristian.V. Los mitos em la terapia de familia. www.campogrupal.com. 10/02/2009. { documento sem paginação}.

*pré-históricas ou históricas. Conta ações particulares que ocorreram em tempos particulares.*

*2. O mito sempre tem sua fonte na vida comum e nas experiências de uma comunidade humana particular. Levam a marca da sua cultura e persistem durante gerações como parte de sua tradição.*

*3. A comunidade aprecia o mito porque sugere algo distintivo e importante na existência humana particular e na existência da comunidade. Aliás, é onde a existência humana encontra a resposta.*

*4. Os mitos são inseparáveis e indispensáveis para a vida da comunidade e para todos que participam dela.*

Segundo Eliade (1994), o mito assegura ao homem que tudo que está sendo feito por ele, já foi feito anteriormente por outros, dando assim uma sensação de conhecimento mútuo. A principal função do mito está em revelar as principais atividades que são significativas para o homem: como casamento, educação, alimentação, fornecendo assim um significado para o sujeito do mundo e da sua existência humana.

Neste sentido, Bagarozzi & Anderson (1996) estudiosos deste assunto, reafirmam o que Eliade (1994) escreve, quando falam que os mitos foram criados com finalidade de encontrar sentido e pôr ordem nas experiências. Cada história, cada mito, dá significação e finalidade a aspectos específicos da existência cotidiana, além de prescrever a conduta, os mitos também prescrevem a ação. O mito tem como função revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas.

Também para Mèlich citado por Rivera (2001), a função do mito é proporcionar um sentido coletivo e gerar uma ordem de valor do que é apropriado ou inapropriado. Cada sociedade humana sobrevive porque se mantém unida através de mitos. Os indivíduos, as famílias, elegem, adotam os mitos culturais para si próprios. Os mitos culturais são modificados e reelaborados pelos indivíduos de modo que se adequem a sua mitologia pessoal. Assim, podem manter o conceito que têm de si mesmos e preservar a integridade pessoal.

Como o olhar deste trabalho perpassa pela teoria Relacional Sistêmica, abordar-se-á, a seguir, os mitos familiares à luz desta teoria.

### **3.1.3 Mito familiar à luz do olhar sistêmico**

Torna-se importante explicar a diferença entre mito familiar, mito individual e mito coletivo a fim de um melhor entendimento desta diferença e sua posterior utilização como forma de intervenção terapêutica. Utilizar-se-á a definição de Filomeno (2003, p.53) a fim de explicar esta diferenciação. É importante ressaltar que os mitos estão sendo apresentados separadamente pelo fim didático, porém serão interligados a todo momento.

***Mito familiar:** valores e crenças da família, construídas e compartilhadas por todos os membros, repetidas por três gerações.*

***Mito individual ou pessoal:** valores e crenças de cada indivíduo, que refletem influências nos e dos mitos coletivos e familiares.*

***Mitos coletivos ou culturais:** histórias da humanidade ou de uma sociedade, valores, crenças, repassadas através de várias gerações.*

O conceito de mito vem sofrendo modificações decorrentes das evoluções do que se tem pensado acerca dos processos de intervenção em terapia familiar. Optou-se neste trabalho em contemplar o que diversos autores escreveram sobre mitos na família, a fim de se obter uma maior compreensão e utilização no processo clínico.

Ferreira (1974) foi o primeiro autor a conceituar os mitos familiares. Segundo ele os mitos são crenças reunidas e compartilhadas por todos os membros de uma mesma família. O autor entende a família como um sistema fechado onde não há contestação de normas, a família não se modifica, não se transforma.

Neste mesmo sentido Calil (1987), fala que os membros de uma família se organizam em torno das crenças e a partir disso definem o que é permitido ou proibido para aquele sistema familiar. As crenças familiares são as norteadoras das relações.

Andolfi & Ângelo (1988) avançam no entendimento sobre mitos familiares na medida em que conceituam o mito como sendo um conjunto de crenças que determinam o comportamento de cada um dos membros da família, estabelecendo regras de condutas, ressaltando a possibilidade do mito transformar-se através das gerações

seguintes. Posteriormente Andolfi escreve que “ os mitos são construções que reúnem histórias contos, fábulas e realidade” (ANDOLFI, 1996b, p. 43). É uma mistura de saberes que se constroem e que possuem grande potencial de transmissão.

Andolfi; Ângelo (1988) e Cervený (2000) compartilham a idéia de que mito familiar é um misto de leituras da realidade, com elementos reais e elementos de fantasia, que são herdados pela família de origem e construídos pela família atual, variando conforme suas necessidades emocionais. Trata-se de um conjunto de crenças que governa o comportamento de cada membro da família, estabelecendo as regras de como cada qual irá agir.

Nesse sentido Colombo (1990) citado por Gomes (2000) estabelece uma relação estreita entre as necessidades do ser humano e a forma como ele se organiza dentro da família. Segundo a autora, os mitos familiares tornam-se obrigatórios e estão presentes em todas as famílias, são eles que vão pautar as relações familiares e se constituem como uma forma de expressão cultural que permite ao homem legitimar um conjunto de regras de relacionamento e conduta, criando um sentido de coesão entre homens e de pertencimento a uma cultura. O mito familiar se encontra no campo intermediário entre o indivíduo e a família. Ele se constrói através do tempo e vai se moldando a partir da história familiar e é compartilhada por todos os seus membros, passando de geração a geração.

Minuchin (1990) e Paccola (1994) assim como os autores já citados no início deste capítulo, falam que as famílias se organizam em torno de suas crenças, regras, valores, mantendo desta forma a sua identidade familiar. Apesar de seus membros estarem em constante contato com outros sistemas, os membros de uma mesma família têm uma identidade própria, pertencente àquela família específica. Estes autores entendem o mito como sendo a concepção do mundo próprio da família, é o elemento norteador e determinante da forma relacional de seus membros. Estes mitos são carregados de conteúdos próprios e significativos para determinada família e se evidenciam nos padrões transgeracionais passados de geração à geração.

Minuchin & Nichols (1995) e Anderson & Bagarozzi (1996) avançando a partir do que já tinham escrito, entendem que o mito familiar é formado pelas histórias específicas que a família constrói para dar um sentido a suas vidas. Segundo os autores, os mitos foram criados com a finalidade de encontrar sentido e ordenar as experiências, se modificam constantemente e evoluem com o passar do tempo e com o desenvolvimento do ciclo familiar.

Segundo Gomes (2000), os mitos familiares surgiram a partir das preocupações em se obter sustentação teórica para as intervenções em terapia familiar. Segundo a autora, o mito familiar está presente em todas as famílias, constituindo-se como uma forma de expressão cultural que permite ao homem legitimar um conjunto de regras de relacionamento e conduta, criando um sentido de coesão entre homens e de pertencimento a uma cultura. O mito familiar se encontra no campo intermediário entre o indivíduo e a família. Ele se constrói através do tempo e vai-se moldando a partir da história familiar e é compartilhada por todos os seus membros, passando de geração a geração.

Também para Cerveny (2004), mito familiar é uma história construída pela família, que contém leituras da realidade e expressam convicções compartilhadas pelo grupo. Essa história liga elementos até então separados como crenças, valores, tradições, transformando-os numa trama organizada que serve como matriz de um conhecimento maior. A partir dessa matriz cada membro da família pode construir sua identidade e seus mitos, interpretando e vivenciando suas experiências.

Ao falarmos de mitos familiares e na sua transmissão através das gerações, pode-se relacionar com os mitos acerca da maternidade, que são na sua grande maioria passados de mãe para filha. As mulheres têm uma preocupação grande em transmitirem para as mães das gerações futuras a forma adequada de criar, educar e cuidar de seus filhos. Forma esta, que perpassa pelo ato de alimentar, cuidar, levar e buscar na escola, fazer as tarefas escolares, enfim a criação dos filhos. É esperado que estas mulheres cumpram este papel perante a família e a sociedade (VINHAS , 2008).

A grande importância do mito familiar no processo terapêutico está em torná-lo o fio condutor do processo, tornando-o o integrador dos conjuntos de crenças da família. A teoria Sistêmica vê o ser humano como um ser integrado a sua família, seus mitos e suas crenças e partir deles irá fazer suas escolhas ao longo da vida (TOSIN, 2005).

Quando se fala em mitos familiares, torna-se impossível não conceituar o que autores escreveram sobre família a fim de relacionar a história construída pela família com as relações que se estabelecem social e historicamente a partir de suas crenças e suas transformações.

### 3.2 FAMÍLIA E SEUS CICLOS

As famílias têm se caracterizado por apresentar mudanças significativas na sua configuração e forma de funcionamento. Pretende-se apresentar algumas mudanças significativas que vem ocorrendo nas famílias brasileiras bem como conceituar o termo família sob a ótica de alguns autores.

Osório (2002) cita em sua obra que família não é um conceito “unívoco”, que se torna impossível conceituá-la, podendo apenas descrever as várias estruturas assumidas por ela através dos tempos. Para o autor, a família se transforma através dos tempos e devido a estas transformações não pode ser conceituada de forma única e estática.

Segundo Castilho (2003) a família é um sistema emaranhado de relações, onde seus membros partilham um mesmo contexto social de pertencimento. É um sistema que está em constante modificação, seja por fatores internos, como o seu ciclo de vida ou externo devido às interações sociais de seus membros.

Afonso e Filgueiras (1996) falam que a família até bem pouco tempo atrás era entendida com um homem, uma mulher e seus filhos morando na mesma casa, onde o marido era o provedor e a mulher ficava com os afazeres domésticos. A família era pautada no modelo patriarcal, onde o pai era o chefe da casa e era esperado que as mulheres se dedicassem aos cuidados da casa e dos filhos.

Nesta mesma linha de pensamento, Roudinesco (2003) fala que a família “tradicional” que se mantinha através do poder paterno, durante séculos se manteve como um dos esteios da sociedade. No final do século XIX, com a emancipação das mulheres, como se viu ao longo do trabalho, esta instituição patriarcal começou a ruir. Famílias até então mantidas eminentemente pelos homens, contavam agora também com a contribuição das mulheres. Com esta nova configuração econômica, onde a mulher passou a se posicionar dentro e fora de casa, as relações, de submissão e poder começaram a se modificar.

Soares e Carvalho (2003) referem que esta nova forma de configuração familiar, em que muitas vezes a mulher é o chefe da família, onde o pai também fica com as responsabilidades sobre os filhos tem feito homens e mulheres redefinirem seus papéis dentro das famílias. Alguns segmentos da sociedade, principalmente o masculino, vem se preocupando com a perda da autoridade paterna, mas o que vem ocorrendo na realidade não é a perda total desta autoridade, mas sim o excedente do seu

poder, ou seja, o direito que o homem tinha sobre a vida e a morte de sua mulher e filhos. O medo de uma sociedade eminentemente “feminilizada”, está longe de acontecer, haja vista que as mulheres vêm buscando compartilhar o poder e as decisões da família.

Segundo as autoras acima, a maternidade e a paternidade, muitas vezes estão dissociadas do casamento, os papéis a serem desempenhados passam a ser de ordem familiar, não apenas conjugal. O desempenho destes papéis não tem se dado sem conflitos, este novo comportamento familiar ainda soa como uma “transgressão ao antigo modelo social”. A maternidade continua sendo considerada uma “instituição natural” da mulher, é esperado que toda mulher ao atingir determinada idade case ,tenha filhos e passe a zelar e cuidar deles deixando para segundo plano sua vida profissional, seus sonhos, objetivos individuais.

Ponciano e Carneiro (2003) falam que as relações que antes eram pautadas no medo, poder e dominação, hoje em dia se dão através “da comunicação livre e aberta”, se constrói através do diálogo e da democracia. Segundo as autoras, nesta nova organização familiar as relações se modificaram, houve uma maior aproximação entre pais e filhos, a “afeição” tornou-se muito presente nas relações conjugais e entre pais e filhos.

Quando se fala de família a partir do olhar sistêmico é preciso levar em conta os ciclos de vida em que a família se encontra, para que se possa compreender as mudanças que ocorrem no seu funcionamento e em seus membros. Citaremos de forma sucinta os ciclos de vida da família, para tratar das transformações familiares.

Durval (1977) citado por Carter e Mackgoldrick (1995) separam os ciclos familiares em seis principais: casamento, nascimento dos filhos, filhos adolescentes, saída dos filhos de casa, aposentadoria e morte. Com base nestes ciclos familiares, podemos entender de que forma as modificações do sujeito interferem na família e são influenciados por ela.

Em seu ciclo de vida a família passa por mudanças e transformações, que ocorrem devido a pressões internas e externas e servem para manter a coesão de seus membros. A família através de seus ciclos, passa por momentos onde a transmissão dos conteúdos se dá através das gerações (CARTER& MACKOLDRICK, 1998).

Não é tarefa fácil conceituar a família, haja vista que a configuração familiar vem sofrendo mudanças significativas nos últimos tempos. Da Matta (1987) e Carter e Macglodrik ( 1998) entendem que as famílias se movem através do tempo, e como um



grupo social contém uma rede de relações. Relação esta que se dá inicialmente dentro da família e vai se estendendo para a sociedade como um todo, através das relações de trabalho, sociais, até se formar outra família.

Segundo Cerveny (2000) as mudanças tecnológicas, as diversas formas de relação entre os membros da família estão modificando também a sociedade. Segundo a autora, as famílias se modificam a partir de acontecimentos, como mortes, nascimentos e mudanças de papéis, seus membros sofrem influência e são influenciados uns pelos outros.

Segundo Kramer (1985) e Castilho (2003), os momentos de tensão da família podem ocorrer sob duas formas: na vertical, onde os conteúdos são passados para as próximas gerações e na horizontal, onde ocorrem as transições evolutivas da vida familiar. No mundo intergeracional da família, seus membros se constituem como sujeitos, como seres sociais e o comportamento de cada sujeito bem como a organização do sistema familiar só é possível através das suas relações, que ao se estabelecerem delimitam e conferem significado a tudo que ocorre no sistema.

Autores como McGoldrick e Gerson (1985), Elkaim (1989) e Cerveny (2000) afirmam que as famílias repetem elas mesmas, coisas que aparecem em uma geração, podendo vir a passar para a próxima geração de forma diferente, não importando o conteúdo ou maneira de que cada família transmite e realiza seus modelos familiares. Em algumas famílias as repetições ocorrem exatamente da maneira que se deram no passado, em outras famílias as repetições aparecem de maneira disfarçada, muitas vezes inclusive, as famílias cuidam e tentam não fazê-lo.

Segundo Macedo (1990), os padrões interacionais transmitidos de uma geração a outra são: “os tabus, os segredos, os mitos, as expectativas, os rótulos” que existem em todas as famílias. Estes padrões podem causar muito estresse nas gerações seguintes, haja vista que na preocupação de manter o segredo ou modificar o padrão, a família muitas vezes acaba realizando e repetindo este mesmo padrão.

Neste sentido Imber-Black (1991) aponta que os segredos podem estar presentes dentro da família, e podem mistificar e alterar os processos de comunicação, formar triangulações, estabelecer alianças, desunião ou rompimentos podendo ainda determinar a intimidade ou distanciamento nas relações. Na sua grande maioria, os mitos familiares são mantidos para sustentar os segredos da família.

Complementando Imber-Black, Cerveny (2004) escreve que é através da comunicação que os segredos se transformam em mitos e vai se estabelecendo um

sistema de crenças onde passarão a ser compartilhadas e transmitidas através das gerações dentro da família. Os segredos familiares tratam de ações e acontecimentos vergonhosos, que são escondidos para preservar os membros da família, porém os segredos também podem não estar relacionados com este tipo de ação ou acontecimento e neste caso sevem para diferenciar um grupo familiar do outro.

Segundo Boszormery-Nagy (1994), a lealdade familiar está pautada nos parentescos biológicos e hereditários, onde cada membro está sujeito ao cumprimento ou não de suas expectativas. Neste sentido os membros podem se comportar de maneira leal em decorrência de uma coerção externa, uma necessidade de pertencimento, sentimento de obrigação e ou dívida, consciente ou inconsciente. Quando a lealdade é internalizada, ela passa não somente a ser uma característica familiar, mas também individual.

Pode-se concluir, portanto, ao consultar os autores acima citados que a família moderna vem passando por uma série de modificações na sua forma de relacionamento e em seu desenvolvimento. Valores antes arraigados na sociedade e passados através de gerações vêm perdendo o seu valor, como exemplos pode-se citar o casamento e o divórcio. O casamento, antes visto como uma instituição indissolúvel está cada vez mais sendo desfeito e os divórcios vêm ocorrendo de tal forma que a sociedade já o institucionalizou inclusive juridicamente. A sociedade vem se adequando a novas formas de casamentos e recasamentos, como os casamentos entre pessoas do mesmo sexo (JABLONSKI, 2004).

A seguir apresentaremos os tipos de casamento ao longo da história bem como os mitos existentes.

### 3.3 CASAMENTO

#### **3.3.1 Diferentes tipos de casamento através da história**

Existem os mais diversos rituais de casamento que servem para selar a união de casais. Na maioria das sociedades ocidentais ainda é esperado que o sujeito ao atingir uma determinada idade, se case e tenha filhos.

Nesta parte do trabalho, se fará um breve histórico sobre o casamento para que se possa entender em que medida estes aspectos históricos influenciaram e

influenciam o casal e a família como um todo e, por conseguinte, a maternidade e seus mitos.

Ricotta (2002) em sua obra fala que o casamento é um momento de passagem e de evolução na vida tanto do homem como da mulher, haja vista que tanto o homem como a mulher passam a ter um novo tipo de convívio e de obrigações. Esta forma de relacionamento e este convívio com o outro, passam a interferir diretamente na forma de viver das pessoas que vivenciam o casamento.

A autora fala que os hebreus casavam muito jovens, não tinham o amor como fator determinante para o casamento e o sexo tinha a finalidade de reprodução. No que diz respeito à mulher a virgindade era muito valorizada, bem como a fidelidade ao longo do casamento, sendo a escolha do marido era feita pelo pai. No caso dos homens, a poligamia era aceita eles tinham o direito de ter escravas para satisfazê-los sexualmente e sexo no casamento tinha como único objetivo a reprodução.

Beauvoir (1980) fala que na Pérsia a poligamia dos homens era comum, a mulher devia obediência absoluta ao marido. O incesto não era proibido e houve muitos casos de casamentos entre irmãos. Quando a mulher casava com o consentimento dos pais era considerada “esposa privilegiada”, quando a mulher se casava sem o consentimento dos pais não herdava nada deles e só podia ser considerada “esposa privilegiada” quando seu primeiro filho ficasse adulto e consentisse com o casamento.

Para os gregos, o casamento era arranjado pelos pais, sendo que o noivo pagava pela noiva. Era muito comum nesta época que o pai da noiva promovesse torneios a fim de buscar um marido forte e viril. Os homens em geral casavam por volta dos 30 anos e as mulheres em torno dos 20, geralmente os noivos se conheciam no dia do casamento. Tinham como objetivo principal do casamento a procriação e perpetuação da linhagem. As mulheres por sua vez, viviam confinadas em casa desde seu nascimento, não estudavam, aprendiam os afazeres domésticos, praticavam esportes com o fim de fortalecimento físico para a maternidade. Eram consideradas sem importância no seio familiar como sujeito, as mulheres tinham seu valor atrelados à maternidade, ao cuidar, zelar e educar seus filhos (BEAUVOIR, 1980).

Para os romanos, o casamento era algo muito importante e era incentivado que os casais tivessem mais de três filhos para que sempre houvesse mão de obra suficiente por conta das conquistas e guerras. Neste período o casamento era monogâmico e a idade para casar se dava em torno dos 12 anos para as meninas e 16 para os meninos. O homem romano, por conta da guerra começa a se ausentar muito de

casa e por conta disso as mulheres passam a dirigir os negócios familiares (RICOTA, 2000).

Van Gulik (1971) citado por Foucault (2003) conta que na China “antiga” o marido era poligâmico. Da mulher era esperada uma total obediência e devoção ao marido. O status familiar de esposa exigia que ela tivesse uma postura sexual onde o marido tinha total poder sobre ela. Da esposa era esperado que gerasse filho homem para serem os herdeiros da família, caso esta mulher não conseguisse gerar este filho, perdia o seu valor perante o marido e a sociedade.

Entre os séculos XV e XVII, começa a ocorrer modificações no casamento, a mulher passa a ser vista com uma pessoa, possuidora de desejos e anseios. Aos casais é permitido expressar seus sentimentos, e eles começam a ser mais felizes nas relações conjugais (CARNEIRO, 1998).

No que se refere ao sexo, as esposas continuam tendo status social de subordinação. Toda a prática sexual deve ficar restrita ao casamento, tendo como parceiro exclusivo o seu marido e a ele deve dar herdeiros. O adultério feminino é visto como falta grave e a mulher que o cometer pode sofrer sanções que desde a proibição de aparecer em público, até a expulsão da casa e do convívio com os filhos (FOUCAULT, 2003).

Foucault (2003) fala que o sexo está muito relacionado com a distribuição dos papéis sociais. Numa sociedade onde os homens são os detentores do poder político, econômico, social e no âmbito familiar tem total domínio sobre as mulheres e os filhos, a infidelidade masculina e o sexo fora do casamento são amplamente aceitos, afinal os homens são considerados “homens livres”. Das mulheres espera-se um comportamento recatado e de submissão. “As cortesãs, nós as temos para o prazer; as concubinas, para os cuidados de todo dia; as esposas para ter uma descendência legítima e uma fiel guardiã do lar” (FOUCAULT, 2003, p.129).

Roudinesco (2003) aponta que no século XIX, surgem modificações bem expressivas nas crenças, valores e costumes sociais nas mulheres, que refletem sensivelmente nos casamentos. As mulheres passam a trabalhar fora e ganhar seu próprio salário, esta saída de casa proporcionou a muitas mulheres a possibilidade de encerrar casamentos infelizes e sem amor, haja vista a independência financeira conquistada pelo trabalho fora de casa.

Segundo a autora acima, no século XX, as escolhas feitas pelos homens e mulheres para o casamento foram ampliadas e com base nestas escolhas próprias, o

compromisso, a responsabilidade a preocupação com o bem estar do outro passou a ser maior. A procriação deixou de ser finalidade única para o casamento, surgindo inclusive à possibilidade de casamentos sem filhos. Neste período a emancipação feminina trouxe muitos benefícios para a mulher, que levou para dentro do casamento possibilidades de relacionamentos que foram mais igualitárias entre os sexos.

Para Carneiro (1998) os casamentos da atualidade enfatizam autonomia e satisfação entre os cônjuges, mas por outro lado prezam a individualidade e autonomia enquanto sujeito da relação. Sendo assim o casal se confronta todo o tempo com a difícil tarefa de conciliar a individualidade com a conjugalidade, afinal se por um lado existem os ideais individuais, por outro existe a vontade da conjugalidade, os desejos e projetos comum de um casal.

Singly (1993) citado por Carneiro (1998), ressalta que as características individuais, fazem com que a relação conjugal se mantenha enquanto forem prazerosas e benéficas para os cônjuges. Numa sociedade onde se valoriza o “eu”, enquanto indivíduo autônomo, muitas vezes numa relação conjugal, assim como na família cria-se contradições internas, pois é preciso ser “um sendo dois”.

Giddens (1992) em sua obra, fala que as transformações da sociedade ocidental fizeram surgir questões relacionadas ao amor conjugal, tanto homens como mulheres passaram a querer dar e receber afeto. Para o autor, o “amor romântico” era eminentemente feminino, ao homem cabia virilidade, a mulher o romantismo, neste novo contexto, começam a surgir novas concepções de relacionamentos, onde as mulheres esperam dos homens carinho, compreensão e cooperação. Na contemporaneidade os homens passaram por transformações que afetaram o casamento e sua relação não só com as mulheres, mas também com todo o resto da família, pois com a emancipação da mulher, vieram também as exigências na conjugalidade. As mulheres passaram a exigir direito e deveres iguais também no casamento, à responsabilidade de dar e receber afeto, que antes eram só delas, passou a ser tanto da mulher quanto do homem, os cuidados dos pais para com os filhos, também passou a ser exigido.

Segundo Feinstein e Kripper (1992), o homem moderno não tem consciência do mito que vive em seu interior. O mito impulsiona o sujeito de uma forma dinâmica às escolhas que ele faz, estruturando a consciência, apontando para a direção que se torna seu caminho, relacionando com o passado, presente e futuro, bem como a identidade e o propósito de sua vida. Em relação ao mito da maternidade, ao mesmo tempo que as mulheres passam a exigir que os homens sejam mais participativos na

criação e educação dos filhos, em muitos casamentos ainda é esperado que as mulheres assumam este papel de cuidadora.

Por conta destas transformações e desta dualidade de desejos, surgem algumas conseqüências que este novo ideal de conjugalidade acaba por fazer suscitar. Os indivíduos passam a funcionar quase que como uma fonte de afeto e satisfação do outro, cria-se uma grande expectativa em relação ao outro, o que acaba por acarretar uma grande exigência consigo mesmo, provocando muitas vezes tensão e conflito na relação, que pode vir ocasionar uma separação e uma reestruturação familiar e redefinição de papéis dos pais (ARIÈS; BEJIN, 1985).

### **3.3.2 Significado do Casamento**

A seguir veremos alguns autores falarem sobre os objetivos e significados que o casamento tem para o indivíduo e para a sociedade. Homens e mulheres tendem a dar significados diferentes para o casamento, o que pode ter influenciado o desenvolvimento de mitos em torno da maternidade.

Osório (2002) fala que, quando um casal opta por se casar, são dois sujeitos com desejos, percepções de mundo, projetos de vida diferentes, que a partir do casamento passam a dividir todos estes sentimentos e construir uma história conjugal em conjunto. “Uma relação conjugal sustenta-se nesse tripé: atração sexual, desejos de gerar filhos e laços do bem querer”.

Carter e Mackgoldrick (1995) e Osório (2002), falam que, quando um casal opta por se casar, são dois sujeitos com desejos, percepções de mundo, projetos de vida diferentes, que a partir do casamento passam a dividir todos estes sentimentos e construir uma história conjugal em conjunto. Para os autores, as mulheres esperam que o casamento traga uma maior aproximação e intimidade entre o casal, já o homem depois que casa, tende a passar menos tempo com a esposa do que na época de namoro. A diferença de percepção dos homens e das mulheres em relação ao casamento costuma se estender também para o âmbito familiar no que se refere à educação e cuidados com os filhos.

Segundo os autores acima, as mulheres a partir desta nova configuração conjugal, onde possuem mais liberdade de expressar sentimentos, desejos e anseios, muitas vezes, esperam que os homens sejam mais participativos nas tarefas domésticas

e cuidados com os filhos, já alguns homens, esperam que todas estas tarefas fiquem a cargo das mulheres para que eles possam se dedicar integralmente a carreira, como viram seus pais fazerem e suas mães ficarem em casa.

Valle e Osório (2004), falam que nas gerações passadas, para um casamento dar certo era preciso que o marido fosse o provedor da casa e a mulher uma “eficiente” dona de casa. Nos dias de hoje, com os movimentos feministas e com a entrada da mulher no mercado de trabalho, espera-se que o casamento traga satisfação na relação conjugal, e que tanto o marido como a mulher respeite as diferenças e particularidades de cada um. O reconhecimento do outro também é importante para a manutenção do casamento.

Neste sentido, Carneiro (1998), e Giddens (1992) se referem ao casamento como uma união onde homens e mulheres estejam satisfeitos. Em suas obras falam que no início dos tempos o casamento tinha como objetivo unir duas famílias para que seus filhos casassem, tivessem filhos e perpetuasse a linhagem. Atualmente o casamento tem como objetivo trazer felicidade para duas pessoas que se escolheram, nesta nova visão a conjugalidade só se mantém se o homem e a mulher se sentirem satisfeitos na relação.

Como se pode observar é consenso entre os autores que na atualidade a maioria das pessoas permanecem juntas buscando satisfação e felicidade nas relações conjugais. Percebe-se que esta busca pela felicidade muitas vezes esbarra nos mitos familiares que cada um traz para dentro do casamento.

A seguir mostrar-se-á como se construiu o mito da maternidade.

### 3.4 A CONSTRUÇÃO DO MITO DA MATERNIDADE

#### 3.4.1 Os mitos e as relações de gênero

Com o intuito de entender melhor a mulher, o papel que ela vem exercendo na sociedade e todas as modificações que estão ocorrendo, torna-se importante voltar um pouco no tempo.

Como se viu anteriormente, desde o início da humanidade tanto a mulher quanto o homem tiveram lugares específicos na sociedade, da mulher esperava-se que ela casasse, procriasse e cuidasse da casa e dos filhos, enquanto do homem se esperava força, virilidade e prosperidade. As mulheres seguiam primeiramente as ordens do pai e depois passavam a seguir as ordens do marido.

Beauvoir (1980) em sua obra nos remete à “Idade da Pedra”, onde a terra pertencia a todos os membros do clã, o homem caçava, pescava e defendia seu espaço, a mulher cuidava do jardim, da casa e dos filhos. Nesta divisão de tarefas, já havia uma divisão de classes a partir do sexo, porém preponderava à igualdade social, haja vista que o trabalho doméstico incluía a fabricação de utensílios, tecelagens e cuidados com o jardim. Todas estas tarefas eram reconhecidas e de extrema importância econômica para a manutenção dos clãs.

Avançando na história, já no século XVI o homem passou a recorrer a outros homens para fazer o serviço pesado, como desbravar matas e tornar o solo produtivo. O homem torna-se “senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher” (BEAUVOIR, 1991, p.74). Para Beauvoir, este foi o início da hierarquização entre homens e mulheres. O homem passa a preponderar na sociedade, haja vista que a sua figura se remete a produtividade e prosperidade, enquanto que a mulher é vista como um anexo social, pois seu confinamento dentro de casa e seu trabalho doméstico são vistos como insignificantes.

Corroborando com Beauvoir (1991), no que se refere ao significado social da mulher, Jablonski (1998) em sua obra procura mapear o lugar que a mulher ocupava em algumas civilizações. Os autores destacam que este lugar se constituía através da subordinação e subjugação, era perpetuado pela relação de poder entre os homens em relação às mulheres. A mulher ateniense era proibida de sair de casa ou estudar, a mulher japonesa foi considerada de segunda classe, tendo sempre suas necessidades vinculadas aos homens, às mulheres africanas eram mutiladas sexualmente com a aceitação de todos, as islamitas tinham como característica principal na sociedade a insignificância, as hindus eram sacrificadas quando o marido morria por perder sua serventia, as americanas na época da colonização eram vistas como inferiores e as brasileiras no período colonial, não tinham oportunidades de estudar.

Para Jablonski (1998), esta posição que a mulher ocupou há pouco tempo atrás, de uma quase escravidão e subordinação total ao homem, foi um reflexo da culpa que lhe foi conferida pela religião.

A partir da culpa que lhe foi imputada na civilização cristã ocidental pela expulsão do paraíso, a mulher até pouco tempo veio pagando caro por isso, com uma imagem ligada a fraquezas intrínsecas de caráter, inferioridade e supostamente pouca capacidade para resistir a tentações de qualquer natureza. (JABLONSKI, 1998, p.149).



Segundo o autor, a mulher tem sofrido influências sociais, econômicas e religiosas ao longo dos séculos, tais influências acabam por contribuir com a imagem muitas vezes imposta às mulheres, de inferioridade e incapacidade. Este lugar que a mulher vem ocupando durante todo este tempo, em muitas sociedades está se modificando, porém em outras, este papel de “ser inferior” ainda está muito arraigado.

Para Feinstein e Kripper (1992) os mitos exercem grande efeito sobre os sentimentos, pensamentos e atitudes, e são influenciados pelas experiências pessoais, sociais e familiares de cada indivíduo. Através dos mitos, as mulheres interpretam o passado, compreendem o presente e encontram explicações para o futuro. Neste sentido, surgem questões de identidade (“quem sou eu”), de direção (“para onde vou”) e de propósito de vida (“porque estou aqui”) em relação ao lugar que ela está na família.

### **3.4.2 A influência dos movimentos sociais no papel da mulher**

Foi no século XIX que surgiram os primeiros movimentos feministas e algumas transformações sociais começaram a ocorrer, apareciam às primeiras críticas ao modelo “essencialista” da diferença sexual, à dominação masculina e ao lugar que a mulher ocupava. Contudo, foi com o término da Segunda Guerra Mundial, quando a mulher entrou progressivamente no mercado de trabalho em decorrência do crescimento econômico do pós-guerra que a relação da mulher com a sociedade começou a se modificar. (ARÁN, 2003).

Para a mesma autora, a entrada da mulher no mercado de trabalho não modificou por completo o contexto social patriarcal que dominava a sociedade, haja visto que o trabalho feminino era considerado tanto pelos homens como pelas mulheres como uma necessidade econômica. O soldo provindo das mulheres era considerado o salário secundário, que tinha como objetivo principal “ajudar” nas despesas da casa, enquanto que o principal salário era o dos homens e dele dependia a maioria das despesas da família.

Nuernberg (2004) reafirma esta posição de superioridade de gênero no mercado de trabalho quando explica que ainda na metade do século XX, utilizava-se o sexismo para justificar a presença majoritária de homens nos cargos de maior importância, responsabilidade e status social. Ao final da segunda guerra, o mercado de trabalho precisou absorver mão de obra feminina, na sua grande maioria transformada

em operárias, devido a esse fato, foi criada a ideologia pautada no apelo das ações maternas, na qual a mãe não poderia ficar o dia todo fora de casa. “A saúde mental da criança depende da presença materna [...]” (NUERNBERG, 2004, p.216).

A identidade de gênero passa a introduzir socialmente uma diferença entre os sexos, presente em todas as sociedades. Utiliza-se a definição de Scott (1990) sobre gênero como relações estabelecidas a partir da percepção social que se faz das diferenças biológicas entre os sexos. A autora afirma que, a palavra gênero é uma forma de se organizar socialmente a relação entre os sexos, atribuindo assim o uso do termo masculino e feminino.

Em outra obra, Scott (2005) fala que as relações de gênero vão muito além das diferenças entre os sexos e da biologia reprodutiva, estas relações são compreendidas a partir do contexto social onde se está inserido, sendo que estas relações podem acontecer no âmbito da dominação, do poder ou da igualdade.

No que se refere à igualdade, Scott (2005) atenta para o exemplo da Revolução Francesa, na qual a igualdade foi anunciada como uma ordem geral, uma promessa de que todas as pessoas seriam consideradas iguais no que se referia a política, economia e a justiça. Porém, o que se viu foi a cidadania ser exercida apenas por aqueles que detinham as propriedades, ou seja, os homens do poder. Os escravos ficaram de fora por pertencerem a alguém e as mulheres como mantinham uma relação de dependência com os maridos, continuariam neste lugar de inferioridade social, a elas era dado o poder de cuidar dos filhos e da casa. Mulheres e escravos seriam representados por “seus donos”.

Desta forma, Scott (2005) entende que ter igualdade não é o mesmo que ser igual. As relações de gênero por mais que tentem tratar homens e mulheres como iguais, esbarram em uma esfera social que muitas vezes perpetua a diferença entre masculino e feminino.

Bourdieu (1999) complementa Scott (2005) ao afirmar que, esta percepção do homem e da mulher é pautada em questões classificatórias que contrapõem o masculino e feminino, sendo que esta oposição de gênero está relacionada a questões como forte e fraco, grande e pequeno, dominante e dominado, e estas contraposições ocorrem de forma hierárquica, ficando o masculino como o pólo superior. O autor entende que esta relação de oposição e hierarquia é historicamente constituída.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas (...) ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p. 17).

Estas diferenças e semelhanças sociais que existem entre o homem e a mulher estão sendo cada vez mais questionadas pela sociedade, no âmbito político as mulheres já podem votar e serem votadas, no campo profissional se destacam progressivamente e seus salários já se igualam e algumas vezes ultrapassam os dos homens. Pode-se observar que a mulher vem conquistando espaços e buscando igualdade (SWAIN, 2001).

Segundo Spindolal e Santos (2003), as relações de gênero são pautadas em categorias e estas estão presentes em toda sociedade, tornando-se possível compreender não somente a posição que a mulher ocupa na sociedade, mas todas as tentativas de modificar este lugar e as dificuldades em redefinir seu papel neste novo contexto social. Para estas autoras, a diferença entre os sexos não se dá apenas no sentido biológico, mas principalmente no social, nas relações que perpetuam de desigualdade e poder entre homens e mulheres.

Neste sentido, as autoras entendem que a vida profissional das mulheres da atualidade que são mães, tende a ter uma conotação diferenciada das dos homens que são pais. Ainda espera-se que a mulher crie condições para produzir em seu trabalho e ao mesmo tempo se responsabilize pelos cuidados de seu filho. (SPINDOLAL; SANTOS, 2003).

Fonseca (2006), fala que as mães de baixa renda costumam utilizar o subterfúgio da circulação de crianças para dar uma melhor condição para seus filhos, seja porque trabalham ou por não terem condições de criá-los. Para esta autora, circulação de crianças significa cuidar ou “criar” crianças, função que pode ser executada por parentes (avó, tia, irmãos...) ou vizinhas, amigas, enquanto as mães de classes mais altas, apesar de utilizarem muitas vezes a ajuda de parentes, não experienciam com esta mesma conotação de transferir os cuidados dados à criança, para outra família.

Muitas vezes a mãe biológica abre mão da criação de seu filho por inúmeros fatores, que vão desde o social e econômico (falta de condições financeiras, perda de

emprego), à desestruturação familiar (gravidez na adolescência, separação, violência), com isso a representação social da maternidade passa a ser outra. Neste sentido, a representação social acerca da maternidade pode se modificar e variar em decorrência da época e do contexto no qual está sendo vivenciada. (TRINDADE; ENUMO, 2002).

### **3.4.3 Conceituação da Maternidade**

A conceituação da maternidade por tanto, não é uma tarefa fácil, porém pode ser entendida como uma relação entre mãe e filho onde estão incluídos aspectos sociológicos, fisiológicos e afetivos. Aspectos que iniciam na concepção do filho e se estende por todo o seu desenvolvimento. A forma como esta relação se dá, varia de mulher para mulher, de cultura para cultura, podendo também ser influenciado pela classe social onde mãe e filho estiverem inseridos. (FREITAS, 2002).

É inegável que a inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe muitas transformações nas relações conjugais. Percebe-se um aumento gradativo do envolvimento dos homens nos afazeres domésticos, pois como a mulher passou a ficar fora de casa mais tempo, os homens começaram a assumir algumas tarefas antes tidas como femininas, como o cuidado com os filhos e afazeres domésticos (AZEVEDO; ARRAIS, 2006).

Para as autoras acima citadas, a sociedade apesar destas transformações, vê na mãe o maior parâmetro no que se refere à educação e cuidados com os filhos, principalmente os pequenos. Na família moderna, mesmo que o pai esteja mais presente em casa e a mãe esteja saindo para trabalhar, é da mãe ainda a maior responsabilidade em relação à casa e os filhos.

A mulher é “condicionada” desde a sua infância a se preparar para ser mãe, através de bonecas, brincadeiras de casinha, todo o seu condicionamento é voltado para a maternidade. Toda esta visão acerca da maternidade agrega muitos mitos e expectativas que acompanham desde a gestação da mulher até a criação de seus filhos. (GRISCI, 1994).

Segundo a autora referida, a sociedade patriarcal se aproveita destas representações sociais que as pessoas têm da maternidade, como um instrumento de controle sobre as funções sexuais e reprodutivas das mulheres. A impossibilidade de planejamento familiar por boa parte das mulheres é um exemplo claro desta dominação.

A mulher, principalmente de baixa renda, geralmente não possui controle sobre seu corpo ou sobre suas gestações. O marido acaba sentindo-se dono do seu corpo, fazendo uso dele da forma que deseja e em relação ao controle sobre suas gestações, pela falta de acesso à educação e à saúde, torna-se impossível ter acesso a qualquer método anticonceptivo. Para esta mulher, a maternidade não é uma escolha pessoal, ela perpassa por questões socioeconômicas, que acabam por prevalecer.

Foi no transcorrer da história, no final do século XVIII que a identidade feminina veio se constituindo através da maternidade. A seqüência menina-mulher-casamento-maternidade foi institucionalizada e naturalizada na maioria das sociedades. (GRISCI, 1994).

Badinter (1985) fala que o amor materno existiu ao longo dos tempos, mas a partir do século XVIII, houve uma exaltação em relação ao amor materno, sendo este instituído como um valor social e natural das mulheres. Surge a associação do “amor” com o “materno”, que institucionaliza a mulher como mãe. A maternidade passa adquirir outro sentido, além de cuidar do filho, coube a mulher também assegurar sua educação, pois a sociedade lhe atribui estas funções e institui como sendo da “natureza” da mãe, estes deveres.

Braga e Amazonas (2005) complementam esta idéia, quando falam que a partir destas novas atribuições da mãe dentro do grupo familiar, a mulher passou a ter um novo lugar não somente na família, mas perante a sociedade. Este lugar que a mulher passou a ocupar veio atrelado ao modelo de boa mãe, onde os filhos eram sua maior virtude.

Segundo as autoras acima, no final do século XIX, a mulher aceitou o papel de boa mãe que a sociedade lhe atribuía, sendo agora mãe em tempo integral, responsável pela família. Neste período, começaram as “provas de amor” que a mãe tinha responsabilidade em dar, como a amamentação, o cuidado com os filhos, a presença em tempo integral, a mulher passou a ser vista como “mãe-mulher” e o amor materno estava no seu esplendor. Esta dedicação veio contrapor a indiferença materna, presentes até os séculos XVI.

É importante ressaltar, que a indiferença materna existente até o século XVI, não se dava pela falta de amor da mãe com o filho, mas para evitar um grande sofrimento da mãe em caso de morte do filho. Sabe-se que neste período, a taxa de mortalidade dos bebês era elevada, devido às condições de higiene e pela falta de estrutura na área médica. (ARIÈS, 1975).

Para Kude (1994) com o advento do feminismo e todas as transformações decorrentes dele, foi no final do século XX que as mulheres começaram a não aceitar mais a definição de maternidade como “natureza feminina”. O mito do amor materno foi sendo entendido como um produto da transformação social, um sentimento adquirido e incorporado pela sociedade.

Porém, apesar de estarmos num contexto histórico de evoluções, no qual muita mudança vem ocorrendo, como o divórcio, a inseminação artificial, a legalização do aborto em alguns países, o ser mãe, ainda é visto como o maior acontecimento na vida da maioria das mulheres. A maternidade é vista como um atributo inerente à vontade das mulheres. (KUDE, 1994).

O amor materno não é um sentimento inato, ele não faz parte intrínseca da natureza feminina: é um sentimento que se desenvolve ao sabor das variações sócio-econômicas, e pode existir ou não, dependendo da época e das circunstâncias materiais que vivem as mães. (BADINTER, 1985, p.1).

Segundo Dimenstein (1997), compreender a maternidade sem levar em conta os jogos das tensões sociais, bem como as representações sociais vigentes na sociedade em determinada época ou classe social, é admitir que esta experiência se constitui fora da esfera social. É preciso entender a maternidade como expressão humana, que se constitui a partir das relações sociais concretas.

Ainda segundo Dimenstein (1997), a maternidade é um laço que une mãe e filhos por uma construção social e não uma predisposição genética, que independe do tempo e lugar que se está inserido. É possível então entender que as diferentes práticas da maternidade estiveram ligadas à condição feminina vigente e o lugar que a mulher ocupava na sociedade. A maternidade e suas diversas faces, geralmente estiveram atreladas às relações familiares, que se davam através das formas de conjugalidade ao valor dado a mulher e a criança, bem como a representação social da mulher, seu corpo e sua sexualidade.

Sabe-se que ainda hoje as representações sociais da maternidade estão muito atreladas ao cuidado, educação e alimentação do filho, sendo estas tarefas percebidas quase como de exclusiva responsabilidade das mães. Romper com esta forma de papel social adquirido ao longo dos séculos não tem sido tarefa fácil para as mulheres. (DIMENSTEIN, 1997).

É fundamental dar visibilidade à figura materna no grupo familiar para mostrar que as relações da mulher (mãe) com a família não são mero resultado da biologia, mas são, intrinsecamente, vínculos sociais, que mesclam valores, representações e práticas em uma rede de sociabilidade. (DIMENSTEIN, 1997, p.337).

As mudanças sociais que vêm ocorrendo, mais especificamente no campo da “contracepção”, vêm possibilitando às mulheres uma opção de escolha da maternidade. Junto com esta possibilidade de escolha, criou-se um dilema de “ser ou não ser mãe”, apesar de todas as possibilidades e transformações sociais que vêm ocorrendo, a maternidade continua sendo um elemento muito forte na nossa sociedade e está atrelada a identidade feminina, ainda muito representada através da maternidade. (SCAVONE, 2001)

Para Scavone (2001), os motivos da escolha da maternidade estão ligados a vários fatores, que vão desde o biológico até o social, como a vontade de dar continuidade a família, a necessidade de valorização e reconhecimento social, amor que se tem pelas crianças e a reprodução de um modelo social.

Percebe-se a chegada de uma nova mulher, mas que ainda vive sob “o manto” das velhas representações sociais, no qual são cobradas e comparadas com o velho modelo de mãe idealizada. Esta mulher que muitas vezes não deseja seguir os passos de sua mãe, suas avós, quer traçar seu próprio caminho, que pode incluir a maternidade, mas que não dependem mais dela para se constituírem enquanto sujeitos. (AZEVEDO; ARRAIS, 2006).

Segundo as autoras, nesta tentativa de achar seu próprio espaço, as mães enfrentam uma série de temores, dúvidas, angústias e culpas ao não se encaixarem mais no perfil das “antigas” mães e ao mesmo tempo não saberem ao certo qual é o seu lugar nesta nova configuração familiar. Nos casos de separação, as mulheres sentem-se ameaçadas duplamente, primeiro por não terem mais um companheiro para dividir as responsabilidades e segundo por acharem que ao sair de casa para trabalhar, deixarão de ser uma boa mãe e poderão perder a guarda de seus filhos.

Em uma pesquisa feita por (Vinhas, 2008), foram entrevistadas quatro mulheres que não ficaram com a guarda dos filhos e procurou-se mapear as dimensões da maternidade para estas mulheres. A pesquisa evidenciou que para estas mulheres o exercício da maternidade está relacionado com o ato de cuidar, no qual alimentar, fazer

adormecer, levar e buscar na escola devem ser tarefas das mães. Para estas mulheres, o cuidado com os filhos é uma função que deve ser exercida pelas mães e são as próprias que precisam desempenhar esta função de cuidadora, para serem reconhecidas socialmente como boas mães.

Constantemente se instaura a culpa, por estar negligenciando os cuidados dos filhos e da casa. Devido a isso, a mulher se sente desamparada por esta sociedade que a impulsiona para o mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo lhe cobra dedicação exclusiva para com seus filhos (VINHAS, 2008).

A seguir, o trecho extraído da fala de uma das entrevistadas sobre o entendimento acerca da maternidade.

*A gente fazia tudo junto, eu levava na escola, pegava, passeava com ela e ainda trabalhava”,*

Assim, para esta mulher, o exercício da maternidade e das responsabilidades para com os filhos pauta-se nas relações de gênero, nas quais determinadas funções e responsabilidades são das mães, das mulheres. Mesmo tendo seus maridos em casa, e trabalhando como elas, para as duas entrevistadas, a função do cuidado maior em relação aos filhos eram delas.

Observou-se através da pesquisa a existência de uma cobrança social e familiar acerca do exercício maternidade. As mulheres ao longo da entrevista relataram como era difícil conciliar o trabalho, com afazeres doméstico e cuidado com os filhos. Este outro relato demonstra o quanto a sociedade gera uma expectativa grande em relação às mulheres, ao exercício da maternidade.

*“A gente fazia tudo junto, eu levava na escola, pegava, passeava com ela e ainda trabalhava, cuidava da casa, do marido, mesmo ele estando em casa, estas coisas todas eram minha responsabilidade”.*

Esta concepção sobre a maternidade reforça o mito de que há um entendimento dos processos sociais em relação à maternidade como algo “natural”, inato da mulher. A mulher nasce determinada para cuidar dos filhos (BANDINTER, 1985; ROUDINESCO 2003).

A partir dos dados sócio-históricos apontados anteriormente, sobre concepção de família, casamento e maternidade, pôde-se entender o porquê de se esperar sempre que as mulheres exerçam uma função mais cuidadora que os homens.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar os principais mitos acerca da maternidade ao longo da história .

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a o mito sobre a maternidade está muito relacionado com a responsabilidade pelo cuidado dos filhos, função esta continua sendo da mulher. Verifica-se também que a visão social acerca das mulheres está muito atrelada à maternidade. Durante muito tempo não existia diferenciação entre o papel de mulher e mãe. Nos dias de hoje a mulher vem conquistando um papel importante no mercado de trabalho, na família, buscando igualdade de direitos, liberdade sexual, fazendo conquistas significativas, porém a crença de que a mulher só torna-se completa depois que é mãe, ainda está em voga na nossa sociedade.

As mulheres sempre desempenharam um papel central nas famílias, cabia a elas o cuidado da casa, dos filhos. Essa noção da mulher como aquela que desempenha um papel central na família é pautada na crença de que somente a mulher é capaz de exercer cuidados para com os filhos, da família, da relação conjugal.

Este legado que as mulheres vêm recebendo e do qual se apropriaram, ao longo do tempo, gera-lhe a responsabilidade de estreitar as relações familiares, as relações entre pais e filhos e os vínculos sociais. Esta tarefa que elas desempenham com ternura e aconchego pode ser atribuído a um mito que lhe foi transmitido, através de gerações, sobre a maternidade.

Outro ponto significativo nesta pesquisa foi o fato de que apesar das novas formas com que as famílias estão se estruturando, em que a mulher cada vez mais se lança no mercado de trabalho, ainda espera-se que o homem seja provedor, ou seja, o que fornece recursos financeiros para assegurar à mulher e filhos as condições para que esta exerça o que é seu dever e direito, ser cuidadora da família e do lar.

Esta lógica relacional acerca dos papéis exercidos por homens e mulheres dentro da família ainda perdura, reforçando então a premissa de que desde muito cedo as meninas aprendem através de brincadeiras ensinadas por suas mães, avós, como devem cuidar de um bebê da casa enquanto os meninos aprendem com seus pais e avôs a importância de ter uma profissão.

Esta multiplicidade de fatores que compõem o mito da maternidade acaba por causar nas mulheres uma série de conflitos, como se viu ao longo deste trabalho, seja porque ela optou por não ter filhos, ou por não criá-los, ou ainda por querer, apesar de ter filhos, investir na sua carreira profissional, deixando a maternidade em segundo plano.

É possível inferir que estes conflitos são decorrentes do contexto sociocultural, na qual a mulher está inserida, bem como as crenças e valores familiares que são passados através das gerações. Muitas vezes esta força do mito que envolve a maternidade é maior do que a satisfação de ter um filho, o desejo de ampliar a família, pois a maternidade torna-se um imperativo para as mulheres serem reconhecidas e sentirem-se pertencentes a determinado grupo.

Esta condição da maternidade atua como uma espécie de talismã, um amuleto que protege e garante um espaço às mulheres, tanto no espaço público quanto no privado, que deve ser respeitado por todos, numa espécie de exercício adequado da tarefa, no sentido de cumprir com aquilo que é esperado através dos modelos sociais “ideais”, pautados nos paradigmas da mulher/mãe cuidadora.

A maternidade passa a qualificar a mulher, em especial, no que se refere às possíveis comparações com o sexo oposto. Assegura-lhes uma condição de superioridade que jamais será experienciada pelos homens.

Dessa forma, através da presente pesquisa pôde-se constatar que apesar de se falar muito na atualidade acerca das relações de gênero como se viu ao longo do trabalho, ainda perdura no imaginário social e da própria mulher, o paradigma clássico da família patriarcal, da mulher-mãe e do homem-provedor, que acabam por influenciar a forma como os sujeitos se relacionam entre si e com o mundo e interferem no projeto de vida de cada um, nas suas escolhas, dentre elas a de ter ou não filhos.

O nascimento de um filho sob uma perspectiva psicológica representa uma mudança significativa no ciclo de vida familiar, sendo necessário preparar-se para tal. A partir dos resultados obtidos através da presente pesquisa, pode-se perceber que a teoria relacional sistêmica pode mediar a família nessa preparação, realizando ajustes na comunicação, trabalhando questões relacionadas aos mitos acerca da maternidade e paternas.

Neste sentido, para que se possa reconhecer o valor do mito familiar enquanto instrumento de investigação e intervenção, o terapeuta relacional deve partir da rede de relações e do funcionamento da família, investigando seus mitos, regras e

valores, bem como a forma como os mesmos foram transmitidos de uma geração a outra. A grande importância do mito familiar no processo terapêutico está em torná-lo o fio condutor do processo, tornando-o o integrador dos conjuntos de crenças da família.

O psicólogo pode também auxiliar homens, mulheres na minimização de possíveis ansiedades que possam surgir decorrentes das mudanças dos ciclos vitais dentro das famílias. Por fim, pode-se também instrumentalizar estes sujeitos para a futura educação de seus filhos e quem sabe nas rupturas de alguns mitos familiares que possam vier a prejudicar e causar sofrimento a gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. M; FILGUEIRAS, C.A.C. Maternidade e Vínculo Social. **Revista Estudos Femininos**. Rio de Janeiro: IFCS, vol. 4. n2. p 319-337. 1996
- ANDOLFI, M; ÂNGELO, C. **Tempo e mito em psicoterapia familiar**. Artes médicas, Porto Alegre: 1988.
- \_\_\_\_\_. **A linguagem do encontro terapêutico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista de Estudos Femininos**. Florianópolis, Vol. 11, n. 2. p 399-421, Dezembro, 2003.
- ARIÈS, P ; BEJIN, A. **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- AZEVEDO, K.R; ARRAIS, A. R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia Reflexão Crítica**. Porto Alegre, vol.19, no. 2. p 269-276.2006.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1985.
- Bagarozzi, D. & Anderson, S. **Mitos personales, matrimoniales y familiares**. **Barcelona**: Paidós, 1996.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, V1: Fatos e Mitos, 1980.
- \_\_\_\_\_. V.2: A experiência vivida, 1991.
- BAGAROZI, D. & Anderson, S. **Mitos personales, matrimoniales y familiares**. Barcelona: Paidós, 1996.
- BENINCÁ, C.R.S. & GOMES, W.B. Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. **Estudos de Psicologia**. PUC,Campinas, vol3 no2, p.177-205, 1989.
- BORGES, S.M. N; ATIÊ, E. Vida de mulheres: estratégias de sobrevivência no cotidiano. EM: COSTA, Nilson R. et al. **Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde**. Vol. III. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOSZORMENY, N; SPARK, G. **Lealtades invisibles: reciprocidad em terapia familiar intergeracional**. Buenos Aires: Amorruru Editores, 1994.
- BOWEN, M. **Family theory in clinical practice**. New York: Aronson, 1978.
- BRAGA, M. G. R; AMAZONAS, M.C. L. A. Família: Maternidade e procriação assistida. **Revista Psicologia e Estudo**, Maringá, vol.10, no 1, p.10-18, 2003.

CALIL, V.L. L **Terapia familiar e de casal**: introdução as abordagens sistêmica e psicanalítica. 3. ed. São Paulo: Summus, 1987.

CARNEIRO, T F. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia. Reflexão e crítica**. vol.11, n.2. Porto Alegre, 1998.

CARTER, B; MACGOLDRICK, M: **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para terapia familiar. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CASTILHO, T. (2003). **Família e relacionamento de gerações**. Congresso Internacional Co-Educação de Gerações. SESC/São Paulo. Outubro/2003. Referência eletrônica: <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/94.rtf>. Acesso em outubro de 2008.

CERVENY, C. M. O.Familia e comunicação. In CERVENY C.M.O. **Família e...: Comunicação, divórcio, mudança, resiliência, Deficiência, lei, bioética, doença, religião, drogadição**. Capítulo 1. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.p.12-24.

\_\_\_\_\_ **A família como modelo-** desconstruindo a patologia. Campinas: Editora livro Pleno, 2000.

COLOMBO, S.F. **Doenças psicossomáticas-** origem e identidade. Mitos e esterelidade na família. 1990 (mimeo).

DA MATTA, R. A família como valor: considerações não familiares sobre a família brasileira. In: **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

DIMENSTEIN, M. Representações **Sociais da Maternidade de Pacientes e Terapeutas**: Questões para a prática da Psicologia nos Serviços Públicos de Saúde de Teresina-PI. Seção 5 EM: ZANELLA, Andréa V. et al. **Psicologia e Práticas Sociais**. Porto alegre: Abraposul, 1997.

ELIADE, M. **Mito e realidade**. 4ª ed, São Paulo, Perspectiva,1994.

ELKAIM, M. **Se você me ama não me ame**: abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal. Papirus, Campinas: 1990.

FEINSTEIN, D. E KRIPPNER, S. **Mitologia pessoal**. São Paulo: Cultrix, 1992.

FERREIRA, A.J. **Mitos familiares**. In BATESONn,G; Ferreira, A.J; JACKSON, D.D; LITDZ, T. WYNNE,L.C; ZUK,G- **Interaccion familiar**. 2ª ed, Buenos Aires, Editorial Tiempo Contemporâneo, 1974.

FILOMENO, K. **Mitos familiares e escolha profissional a luz de conceitos da teoria sistêmica**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Caderno Pagu**, n.26: Campinas, 2006.

FREITAS, R.d. C. **Família e violência**: Reflexões sobre as mães de Acari. Psicologia USP, vol. 13, no. 2: São Paulo, 2002.

GABEL, C. L.M. Identificando os mitos familiares: pensando famílias. **Domus Centro de Terapia de Casal e Família**. Vol. 1, no. 1. Porto Alegre: Domus, 2006.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1992.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, D. M. **Mitos Familiares**: memórias e ocultação- uma abordagem relacional sistêmica. Cabral Editora Universitária: Taubaté: 2000.

GRISCI, C.L. I. Ser mãe: produção dele, reprodução dela. In: CARDOSO, Reolias. S: **É uma mulher**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Guardo, C.J. Student generations and value change. **The Personnel and Guidance Journal**. p. 500-503, 1982.

IMBER- BLACK, E. **Os segredos na família e na terapia familiar**. (D. Batista, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1991), 1994.

KUDE, V. M. M.O mito da culpa materna. In: CARDOSO, Reolias. S: **É uma mulher**. Petrópolis: Vozes, 1994.

JABLONSKI, B. **Até que ávida nos separe**: (a crise no casamento contemporâneo). Rio de Janeiro: Agir, 1998.

JODELET, D. (Org) **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KRAMER, R. J. **Family Interfaces**. Transgenerational Patterns. Nova York: runner/Mazel, 1985.

LAUFER, R.S. & BENGTON, V.L. **Generations, aging, and social stratification**: on the development of generational units. Journal of Social Issues, p.181-205, 1974.

MACEDO, R. M. S. O jovem na família. **Anais Anpepp**: 1991.

MCGOLDRICK, M; GERSON, R. **Genograma em la evaluacion familiar**. Celtia, Buenos Aires: 1987.

MINAYO, M. C. S.; et al. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Temas sociais. 4°ed. Petrópolis, 1995.

MINUCHIN, S. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Tradução: Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

\_\_\_\_\_ ; NICHOLS, M.P. **A cura da família**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NICHOLS, M.P. ; SCHWARTZ, R.C. **Terapia Familiar** : conceitos e métodos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NUERNBERG, A. H. Gênero, Psicologia Social e interdisciplinaridade. In: LAGO, de S.C, Mara. **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero**: teorias, sexualidade, religiões. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2004.

NYE, A. **Teoria Feminista e as filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995

OSÒRIO, L. C. **Casais e famílias**: uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PACCOLA, K.M. **Leitura e diferenciação do mito**. São Paulo: Summus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Família e mitos**- prevenção e terapia: resgatando histórias. São Paulo: Summus, 2000.

PONCIANO, E. L. T; CARNEIRO, T.F. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Revista Interações**, vol.8, n.16: São Paulo, 2003

RICOTA, L. **O vínculo amoroso**: a trajetória da vida afetiva. São Paulo: Agora, 2002.

RIVERA, C. V. **Los mitos em la terapia de família**. [www.campogrupal.com](http://www.campogrupal.com). 10/02/2009, 2001.

RIZZINI, I ; CASTRO, M. R. ; SARTOR, C. D.. **Pesquisando...** Guia de metodologias de pesquisa para programas de atendimento a crianças e adolescente. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUSU, 1999. v. 1.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editoresd, 2003.

RUSCHEL, N.E. & CASTRO, O. P. O vínculo intergeracional: o velho, o jovem e o poder. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, v.11 n.3, p. 523-539. 1998.

SCAVONE, L. Transformações na família e relações de gênero. **Interface. Comunicação e Saúde, Educ**, Botucatu,v.5, n.8, p. 47-59. 2001.

SCOTT, J.W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16 n.2, p.5-22, julh-dez, 1990.

\_\_\_\_\_. **O enigma da igualdade**. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br/>>. Acesso em: 27 Set 2007.

SOARES, J.S, CARVALHO; A. M. Mulher e mãe, "novos papéis", velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. **Revista Psicologia e Estudo**. Maringá, vol.8, no.1, p. 39-44, 2003.

SPINDOLAL, T; SANTOS, R. d. S. Mulher e trabalho - a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. **Revista Latino-Am.Enfermagem**, Ribeirão Preto, vol 11, no. 5, p.593-699, set.out. 2003.

SWAIN, T. N. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". **São Paulo Perspectiva**, v.15, n.3, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.br>. > Acesso em: 17 Set 2007.

TOSIN, A. S. **O psicodiagnóstico e as abordagens sistêmico-familiares**. Monografia apresentada no curso de Especialização do Familiar Instituto Sistêmico, Florianópolis: 2005.

VALLE, M.E & Osório L.C. **Terapia de família: novas tendências**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VINHAS, A.P. L. B. **Direito ou dever: um estudo sobre as dimensões da maternidade**. Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008.

ZIMERMAN, D. e COLTRO, A.C.M. **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. Campinas: Millenium, 2002.



Ao Instituto Familiare

**A/C Orientadora Dra. Maria Aparecida Crepaldi**

**Aluna: Ana Paula Leão Batista Vinhas**

**Título: Mitos da maternidade: um estudo a partir do olhar sistêmico**

**Parecerista: Maria Helena Moraes**

## **PARECER**

A monografia re-analisada e modificada após sugestões apresenta-se mais fluída em seu conteúdo, mais coerente com seu objetivo. O pensamento da autora está mais presente na forma com que organizou o tema, favorecendo o entendimento dos temas casamento e família, incluídos no estudo, como contexto para os mitos familiares e relativos à maternidade.

A bibliografia extensa e multidisciplinar mostrou empenho da autora em passar uma visão mais global do tema. Persistem algumas repetições e super posições de idéias de autores diferentes, mas que não prejudicam o conteúdo, já que a autora procura destacar o que há de novo no pensamento de cada autor.

Quanto à forma, persistem algumas poucas faltas ou uso inadequado de crases. As referências bibliográficas foram adequadamente ampliadas.

As considerações finais continuam sendo o ponto alto do trabalho, onde a autora discute e sintetiza as idéias dos autores, “costurando-as” com o objetivo proposto no trabalho.

**Florianópolis, 09 de julho de 2009**